

## REALIDADE ESCOLAR – um relato etnográfico<sup>1</sup>

Ricardo Luis Cavalcanti de Carvalho<sup>2</sup>  
Sam Thiago Pereira Borges<sup>3</sup>

### Resumo

A educação diz respeito a um movimento dialético de criação/recriação, invenção/reinvenção de sociabilidades que deveriam desencadear processos de emancipação e adaptação. Mas esse ideário há muito se tornou problemático. Para refletir sobre esse tema, esse artigo propõe uma primeira aproximação com a *realidade escolar* dos alunos da E.E.E.M. Professora Úrsula Lianza. Nesse caso, estamos nos referindo aos efeitos das práticas pedagógicas e ao cotidiano dos alunos que se refletem nos índices de aprovação, reprovação e desistência escolar. Trata-se de uma primeira aproximação, cujo objetivo é construir as hipóteses que nortearão estudos posteriores. Faremos aqui uma pequena compilação de dados. Eles remontam às matrículas, aprovações, reprovações e desistências ocorridas entre os anos de 2006 e 2008. Nosso ponto de partida será o modo como à sociedade se perpetua. A partir desta questão de sociologia geral, iremos nos debruçar sobre os efeitos da *realidade escolar* no cotidiano dos alunos envolvidos no processo.

Palavras-chaves: sociologia do conhecimento, realidade escolar, práticas pedagógicas, dinâmica educacional.

### Abstract

Educational Reality – A Ethnographic Report

The education refers to a dialectical movement of creation/recreation and invention/reinvention of sociability that should trigger emancipation and adaptation processes. But this ideal has long been problematic. To reflect on this theme, this paper proposes a first “educational reality” approximation of the E.E.E.M. Professora Úrsula Lianza’s students. In this case, we are referring to teaching practices effects and students daily life as reflected in approval ratings, failure and dropout. This first approximation aims to build hypotheses that will guide future studies. We will build a small data compilation. These compilations back to registrations, approvals, disapprovals and withdrawals occurred between the years 2006 and 2008. Our starting point Will be the way how that society perpetuates itself. From this general sociology point, we will focus on effects of the daily reality of students involved in the process.

Key-words: knowledge sociology, educational reality, teaching practices, educational dynamics

*“A sociologia da educação configura seu objeto particular quando se constitui como ciência das relações da reprodução cultural e a reprodução social, ou seja, no momento em que se esforça por estabelecer a contribuição que o sistema de ensino oferece com vistas a reprodução da estrutura das relações de força e das relações simbólicas entre as classes.”*

Pierre de Bourdieu

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a escola ocupa o centro da reflexão sociológica sobre educação. Na prática, isso quer dizer que a educação possui papel importante, mas muitas vezes confundido, superestimado ou mesmo negligenciado. Em uma frase, a educação diz respeito ao processo socializador obtido por meio de sistematizações e normatizações dos jovens e crianças por uma cultura histórica socialmente produzida. Trata-se de uma constituição social construída num movimento dialético de criação e recriação, invenção e reinvenção de velhas e novas sociabilidades que desencadeiam diversos processos, tais como esclarecimento, emancipação e liberdade de idéias – além de adaptação ao *status quo*.

O fato, é que esse ideal de educação a muito se tornou problemático (no sentido filosófico do termo) não apenas para os educadores, mas também para os cientistas sociais. Por isso, refletir, por meio de pesquisas e práticas pedagógicas, sobre todos os temas que emergem desses problemas (notadamente os vividos pelos alunos brasileiros, nesse caso em especial, os pessoenses) é uma tarefa premente.

Em se tratando da pesquisa social somada à prática pedagógica, almejamos com esse trabalho – enquanto cientistas sociais e docentes – uma primeira aproximação com o que chamaremos aqui de *realidade escolar*. Por *realidade escolar* estamos nos referindo aos efeitos das práticas pedagógicas, somadas ao cotidiano dos alunos, professores e funcionários dentro e fora das escolas e que se refletem nos índices de aprovação, reprovação e desistência escolar.

Não faremos isso como professores ou através do contato direto com os alunos. Entendemos que nada nos impede que façamos nossa primeira entrada no ensino médio como pesquisadores: com todas as preocupações metodológicas e teóricas necessárias. Na mais simples hipótese, isso embasaria melhor uma posterior entrada em sala de aula.

Uma das tarefas precípuas da sociologia no ensino médio é<sup>4</sup> cuidar para que o aluno domine minimamente os princípios básicos de sociologia necessários ao bom exercício da cidadania nas situações cotidianas concretas. Dito de forma mais simples, o desenvolvimento de uma percepção sociológica por parte do aluno deve incluir a capacidade de problematizar a sua própria vida no interior do universo educacional, bem como a sua existência no mundo material e simbólico com suas respectivas implicações nos diversos campos da vida: ético-moral, sociopolítico, religioso, cultural e econômico.

Isto se dá através de *formas de pensamento* que incitam o questionamento sistemático e (insistimos) reflexivo. Em uma frase, trata-se de desenvolver uma nova atitude cognitiva. Mas para tanto, precisamos desenvolver – quando não construir – nossa

própria cognição quanto a essa *realidade escolar*. Quer seja, estudar alguns efeitos dessa realidade sobre os alunos.

O foco desse trabalho é transmitir nossas primeiras impressões. Para esse fito, faremos uma pequena compilação de dados que remontam ao nosso primeiro contato com a respectiva porção do universo escolar por nós pretendida. Queremos deixar claro que este trabalho não trata de sociologia da escola, mas de sociologia do conhecimento na escola. O objeto de nossas análises serão os dados atinentes à quantidade de matrículas e os respectivos números de aprovações, reprovações e desistências ocorridas entre os anos de 2006 e 2008 na Escola Estadual de Ensino Médio Professora Úrsula Lianza – CEPES de João Pessoa 3.

Creemos que esses dados fornecem valiosas informações a respeito da dinâmica educacional dessa escola no que toca a *realidade escolar* dos seus alunos. Outro aspecto importante é que as relações entre aprovações, reprovações e desistências são de grande valia para que possamos construir as hipóteses que precisamos nesse primeiro momento de pesquisa e que num futuro próximo serão verificadas.

Parafraseando Florestan Fernandes, a sociologia se divide em muitas disciplinas. O que todas têm em comum é o fato de estudarem a ordem que rege os mais diversos fenômenos sociais nas suas variadas formas e sob diversos pontos de vista, todos irreduzíveis, mas complementares e convergentes entre si. Nesse sentido, o pano de fundo de nossa interrogação irá incidir sobre o modo como a sociedade se perpetua e é a partir dessa questão de sociologia geral que vamos nos debruçar sobre os efeitos sociais da *realidade escolar*.

Ainda que consideremos a escola como unidade empírica de observação, reconhecemos que existem diversos elementos não escolares que a penetram e perfazem essa mesma escola. Dessa forma, nosso intuito é empreender aqui um estudo sociológico que seja caracterizado pelo exame das relações entre a mudança social e a mudança educacional. Isso vai de encontro com o problema da demora com que o poder público instituído responde às expectativas educacionais mais prementes da população, notadamente daquelas que se utiliza do ensino público. Isso por si só justifica a condição da *realidade escolar* como objeto de problematização.

Hoje, a disseminação das oportunidades escolares transforma os diplomas em bens comuns. Graças a isso, eles perdem sua capacidade de diferenciar e credenciar os indivíduos para o mundo do trabalho e induzem cada vez mais as pessoas a uma busca frenética por qualificação para novas oportunidades.

Se a função precípua do professor é atuar como mediador entre a criança/jovem e o mundo social, para o sociólogo, a ação privilegiada consiste em somar a isso algumas inferências obtidas através de pesquisas feitas por outros cientistas. (Não apenas sobre o ambiente escolar, mas sobre os demais campos da vida, a fim de apresentá-las aos alunos em todas as suas polissemias). Por isso nos lançamos à tarefa de fazer um estudo do cotidiano escolar sob uma perspectiva etnográfica.

Enfim, analisar essa dinâmica será de grande valia para nós. Senão vejamos. Se a escola é vista como espaço privilegiado de concretização da educação, que elementos interferem nessa educação? O que a escola e a educação podem fazer para mudar, de fato e não apenas de direito, a vida dos sujeitos que passam por ela?

Quais os efeitos de tamanha reprovação e desistência em uma sociedade definitivamente escolarizada? O que acontece com a própria educação, quando tomamos a escola como uma instituição privilegiada quanto à inserção do indivíduo no espaço público?

Resumindo tudo a uma simples pergunta, como penetrar a *realidade escolar*, entender sua função socializadora e diagnosticar seus males? Não iremos responder estas perguntas nesse artigo. Iremos apenas demonstrar que, baseados nos números apresentados, algo está errado e precisa ser urgentemente problematizado. Mais uma vez ressaltamos, nesse momento não nos interessa o contato com alunos, funcionários e professores – estes sim, os agentes possuidores das respostas às perguntas lançadas acima. Consideramos ser mais importante fazer, nesse momento, uma pequena reflexão sobre o índice de aprovação, reprovação e desistência de forma distanciada.

Para isso, nada melhor que a neutralidade dos números. Eles não apontam (num primeiro momento) para os problemas em suas especificidades. Elas apenas os denunciam. O que, para nossas pretensões, já é o bastante. O problema desistência/reprovação é antigo. Muito já se fez para minimizá-lo. Mas pelos números que apresentaremos, fica evidente que os efeitos de tais políticas públicas não estão causando o efeito pretendido.

## **PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE UMA ETNOGRAFIA ESCOLAR**

De acordo com Durkheim (1952), a educação não é um elemento para a mudança social, e sim um elemento fundamental para a conservação e funcionamento do sistema social. A educação constitui um processo de transmissão cultural no sentido amplo do termo (valores, normas, atitudes, experiências, imagens, representações) cuja função principal é a reprodução do sistema social. Isto é claro no pensamento durkheimiano, quando ele afirma que longe da educação ter por objeto único e principal o indivíduo e seus interesses, ela é antes de tudo o meio pelo qual a sociedade renova e perpetua as condições de sua própria existência. A sociedade só pode viver se dentre seus membros existe uma suficiente homogeneidade. A educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando desde cedo na alma da criança às semelhanças essenciais que a vida coletiva supõe (Durkheim, 1952).

Segundo Florestan Fernandes (1960), a educação no Brasil sofre de “demora cultural”. Referindo-se ao nosso atraso educacional, ele afirma: “[...] *está claro que não sairemos do marasmo econômico e político sem transformarmos, de forma profunda e geral, o nosso sistema de ensino*” (Fernandes, 1960: 121). Para o autor, a educação é, naturalmente, o elemento crucial para o reajustamento do homem a situações sociais que se alteram celeremente. Diante desse quadro, o mesmo Florestan discutiu três temas que considerou fundamentais à sua análise:

1. Em que sentido podemos enxergar a ciência aplicada e a educação como fatores sociais e construtivos?
2. Como o elemento racional opera durante a mudança cultural?
3. Como o elemento racional se comporta quando as condições de mudança cultural são submetidas a um controle exterior? (Fernandes, 1966).

O Autor caracteriza o “dilema educacional brasileiro” como algo que é determinado pela situação de subdesenvolvimento. Ao mesmo tempo, ele coloca necessidades que exigem a intervenção da educação e obstáculos a que essa intervenção se efetive (Saviani, 1996). Para tanto, Fernandes (1966) questiona: de que modo os cientistas sociais devem encarar a sua participação na elaboração de projetos de reconstrução do sistema educacional brasileiro.

A participação do militante político Florestan Fernandes na campanha de defesa da escola pública traz à luz novas possibilidades e responsabilidades do “intelectual”. Os desafios enfrentados em defesa da escola pública, o colocou em contato direto com os acontecimentos políticos da época repressiva do regime ditatorial, fazendo-o descobrir coisas sobre a sociedade, que ficam ignoradas quando os intelectuais se protegem por trás do escudo da ‘neutralidade’ e da ‘profissão’ de Sociólogo, afastando-os da realidade social.

É importante abordar os processos de elaboração de propostas educacionais como um campo relativamente autônomo, dentro do próprio campo da educação: o aprimoramento do educando como ser humano, a formação ética do indivíduo, o desenvolvimento de sua autonomia intelectual, o pensamento crítico e reflexivo da sociedade, a preparação para o mundo do trabalho, o desenvolvimento de suas competências e o papel transformador ou conservador da educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A escola é mais que um aglomerado de salas, quadras, espaços e indivíduos. Sua transcendência simbólica e objetiva e inquestionável, contraditória e dinâmica. Seu significado varia de acordo com os olhares e práticas de cada sujeito que a constrói. Sua construção ocorre por meio do diálogo, cruzamentos e disputas entre os discursos e vivências internas e externas ao ambiente escolar. Propostas e ideais são edificados a partir da escola ou para que ela os realize. A escola reproduz, atualiza, consolida ideologias e relações sociais, tanto seculares quanto recentes, anteriores a ela. O passado, presente e futuro de uma sociedade multifacetada estão em constante representação no palco escolar.

Para entender-mos a dinâmica escolar que pesquisamos, buscamos levantar dados que possibilitem uma maior clareza acerca da realidade que envolve a escola pública no Estado da Paraíba. Para tanto, fizemos algumas visitas a Escola Estadual de Ensino Médio Professora Úrsula Lianza. A escolha da escola deu-se pelo fato de a mesma se localizar em uma área central da cidade, atendendo um público estudantil tanto de áreas nobres, como de áreas periféricas e municípios circunvizinhos. A primeira visita a escola deu-se em 29 de setembro de 2009. Deparamos-nos com um quadro curioso: encontramos o porteiro deitado junto ao portão principal na entrada da escola. Após a nossa solicitação, ele nos encaminhou a sala da diretoria.

Um fato *suigeneris* ocorreu quando adentramos na sala da vice-diretora: encontramos-a deitada em sua poltrona. O ambiente estava climatizado e beirava aproximadamente 12 graus – momento em que pediu desculpas, arrumou os cabelos e nos atendeu, solicitando que nós retornássemos uma semana após, para iniciar-mos nossa pesquisa.

Retornamos na semana seguinte. Num primeiro momento fomos atendidos por uma supervisora educacional de nome Verônica, que sem prestar maiores informações nos apresentou ao Sr. Rogério, um outro supervisor. Este, por sua vez, se colocou a nossa disposição para fornecer todos os dados e informações necessárias ao andamento do nosso trabalho de campo. Neste momento, passamos a dar voz aos atores sociais, através de entrevistas informais, e aos espaços e números que constroem cotidianamente as interações no campo educacional.

Dessa forma, resolvemos fazer uma primeira aproximação da escola de uma maneira que apresente ao leitor os números (em toda sua frieza) relativos à aprovação, reprovação e desistência. A isso, somaremos uma descrição da estrutura escolar à disposição dos alunos. Acreditamos que eles (números e estrutura) falam por si só, no que toca à crítica do grande número de políticas públicas que visam resolver problemas educacionais que surgem no dia a dia da escola, mas que, no mais das vezes, apenas

pioram a situação. Dessa forma, poderemos refletir – a grosso modo – sobre as políticas públicas voltadas ao ensino médio, implementadas pelo Governo do Estado da Paraíba.

## **A ETNOGRAFIA**

A Escola conta com 14 salas de aula em estado regular de conservação. Destas, 10 possuem televisores e Vídeos Cassetes (utilizados como recurso didático de suporte às aulas); 02 laboratórios, sendo 01 de Informática e 01 de Ciências. Chamou-nos a atenção o fato do laboratório de informática (climatizado, equipado com mais 10 computadores novos, todos conectados a internet) não estarem sendo utilizados pelos professores e nem pelos alunos, por falta de uma política pedagógica direcionada ao aproveitamento dos recursos e tecnologia disponibilizados pelo Estado, tornando os equipamentos sem funcionalidade, enquanto que o laboratório de Ciências, com equipamentos simples e rústicos, está em pleno funcionamento.

Este quadro nos revela o estilo conservador de administração escolar, uma vez que os equipamentos e tecnologias digitais estão disponíveis e instalados, mas não são utilizados na escola, permanecendo o estilo didático tradicional: prevalecem recursos como aulas expositivas, elaboradas com base nos manuais e livros didáticos, apesar do material didático disponibilizado, tais como: Retro-projetores, computadores, Televisores e Vídeos.

A biblioteca é composta por 09 estantes repletas de livros novos e semi-novos, dentro de um espaço físico semelhante a uma sala de aula. Vale salientar o alto índice de utilização do seu acervo, uma vez que os alunos não levam para a escola os livros distribuídos no início de cada ano letivo pelo Governo do Estado, alegando o peso do material que teriam que transportar diariamente. Diante esse fato, professores reservam livros e os alunos os utilizam durante a aula, devolvendo-os ao final de cada período.

Seguindo a descrição da estrutura física da Escola, observamos a utilização de 01 sala destinada à secretaria da escola, 01 ao SOE (Serviço de Orientação Educacional), 01 ambiente para os Professores, 01 Diretoria, 01 cantina, 01 refeitório onde é servida a merenda escolar, 02 banheiros masculinos e 02 banheiros femininos, 01 área externa coberta (utilizada para lazer e prática da disciplina de Educação Física), 01 auditório (salão com palco, mas sem cadeiras), 01 lanchonete na área externa (empreendimento privado localizado no portão de entrada principal – voltado para a avenida –, mas que atende aos alunos e se encontra instalado dentro do terreno do colégio, demonstrando mais uma vez o mau uso da coisa pública) e 02 bebedouros coletivos.

Portanto, observamos que a estrutura física é regular para os padrões da escola pública brasileira. No entanto, ela revela a disparidade existente entre aquilo que o Estado propõe em seus projetos, enquanto escola regular do ensino médio; e o que de fato acontece, com os projetos sendo liberados pelo Ministério da Educação e se perdendo pelos interesses políticos dos Estados. Ou seja, por um lado a disponibilidade de recursos tecnológicos e financeiros para o avanço da educação; por outro lado, as práticas retrógradas, conservadoras e tradicionais das políticas educacionais brasileiras que seguem a lógica das contingências políticas do momento.

Hoje a escola Úrsula Lianza conta com 93 servidores estaduais em seus quadros, assim distribuídos: 01 diretora, 01 vice-diretora, 47 professores em atividade, 10 professores licenciados (afastados), 04 regentes de ensino (temporários com outras formações). Informalmente, foi-nos informado que existem advogados dando aula de química, engenheiros ministrando matemática – no horário reservado para aula de sociologia, o professor de história ensinando história –, só para citar exemplos constatados

*in loco*. O que caracteriza o descaso da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba para com a legislação vigente (Lei 9394/96), assim como o desrespeito aos profissionais das diversas áreas habilitados e capacitados a exercerem as suas funções.

A escola conta ainda com 08 técnicos em Educação (entre Supervisores, Orientadores e Psicólogos do SOE); 13 servidores na secretaria e 09 servidores como agentes de serviços gerais. Essa estrutura atende a um público estimado em outubro de 2009, de aproximadamente 965 alunos matriculados em 14 turmas, distribuídos nos turnos da manhã (550 estudantes), tarde (300) e o turno da noite (150). Esses alunos são oriundos de bairros nobres da cidade: Bairro do Bessa, Intermares. Mas também vêm da periferia: Jacarapé, Bairro das Indústrias e Padre Zé; e de cidades circunvizinhas: Santa Rita, Bayeux, Conde, Cabedelo e Pedras de Fogo.

Nas tabelas abaixo, podemos observar a variação dos números de matrícula, desistência, aprovação e reprovação ocorrida no período de 2006 a 2008, esses números indicam a variação nos números estatísticos, servindo como marco comparativo para análise da evolução ou retração da escola, bem como o que por ventura influencia nessa dinâmica.

Tabela 1 – MATRÍCULAS EFETIVADAS

Série/ turno	Matric./ 2006	Matric./ 2007	Matric./ 2008
<b>1ºM</b>	136	214	252
<b>1ºT</b>	153	173	184
<b>1ºN</b>	50	139	128
<b><u>TOTAL</u></b>	<b><u>339</u></b>	<b><u>526</u></b>	<b><u>564</u></b>
<b>2ºM</b>	175	139	169
<b>2ºT</b>	118	107	122
<b>2ºN</b>	88	66	115
<b><u>TOTAL</u></b>	<b><u>381</u></b>	<b><u>312</u></b>	<b><u>406</u></b>
<b>3ºM</b>	125	140	126
<b>3ºT</b>	90	86	70
<b>3ºN</b>	83	89	55
<b><u>TOTAL</u></b>	<b><u>298</u></b>	<b><u>315</u></b>	<b><u>251</u></b>
<b><u>TOTAL GERAL</u></b>	<b><u>1018</u></b>	<b><u>1553</u></b>	<b><u>1221</u></b>

Observa-se que houve um aumento gradual no número de matriculados na 1ª série, passando de 339 em 2006 para 564 em 2008. As 2ª séries têm características diferenciadas. Houve uma redução em torno de 20% no número de matrículas no ano de 2007 em relação a 2006, voltando aos mesmos índices em 2008 – com exceção do turno da noite, onde percebemos um aumento real no ano de 2008. Com relação às 3ª séries percebe-se uma evolução nos números do turno da manhã, e uma regressão no turno da tarde, no turno da noite, percebemos uma redução na ordem de 42%, atribuídos pelo SOE à migração para novos programas governamentais, como o ProJovem Urbano e os supletivos.

Tabela 2 – PERCENTUAL DE DESISTÊNCIAS

Série/ turno	Desist./ 2006(%)	Desist./ 2007(%)	Desist./ 2008(%)
<b>1ºM</b>	6,40	14,71	15,87
<b>1ºT</b>	12,95	15	24,45
<b>1ºN</b>	32,65	39,42	71,87
<b><u>TOTAL</u></b>	<b><u>13,42</u></b>	<b><u>21,56</u></b>	<b><u>37,39</u></b>
<b>2ºM</b>	5,10	9,3	11,24
<b>2ºT</b>	7,62	9,62	12,29
<b>2ºN</b>	16,67	44,62	49,85
<b><u>TOTAL</u></b>	<b><u>8,67</u></b>	<b><u>17,11</u></b>	<b><u>24,46</u></b>
<b>3ºM</b>	5,04	12,31	5,55
<b>3ºT</b>	11	7,41	15,71
<b>3ºN</b>	17,28	22,73	34,54
<b><u>TOTAL</u></b>	<b><u>7,37</u></b>	<b><u>14,05</u></b>	<b><u>18,60</u></b>
<b><u>TOTAL GERAL</u></b>	<b><u>9,85</u></b>	<b><u>18,31</u></b>	<b><u>26,81</u></b>

O índice de desistência tem aumentado ano a ano, notadamente no turno da noite. De acordo com informações do SOE, a grande maioria dos estudantes trabalha e isso

muitas vezes impossibilita a sua presença na escola. Tomando como base o ano de 2006 percebemos um aumento gradual em todas as séries e em todos os turnos. Notadamente no ano de 2008, verificamos que na 1ª série do primeiro ano, 71,87% dos estudantes matriculados desistiram de freqüentar a escola; segundo o SOE, isso se deve a migração para o ProJovem Urbano, projeto que remunera o aluno carente – em contrapartida, o estudante se dispõe a freqüentar a escola do Projeto Pró-Jovem.

Outro fator a que se atribuí os altos índices de desistência, dá-se no momento da matrícula. O pretense aluno se matricula na escola, mas consegue vaga em outra com maior estrutura ou mais perto de sua residência. No entanto, eles não voltam à escola para fazer o cancelamento da matrícula. Este fator é relevante, uma vez que torna irreal o número de estudantes matriculados e efetivamente assistidos pelo sistema público de ensino.

Tabela 3 – PERCENTUAL DE APROVAÇÕES

Série/ turno	Aprov./ 2006(%)	Aprov./ 2007(%)	Aprov./ 2008(%)
<b>1ºM</b>	76	66,67	59,52
<b>1ºT</b>	44,17	73,75	50,54
<b>1ºN</b>	63,27	51,82	22,65
<b><u>TOTAL</u></b>	<b><u>68,69</u></b>	<b><u>64,87</u></b>	<b><u>44,23</u></b>
<b>2ºM</b>	89,80	79,07	73,96
<b>2ºT</b>	80,95	76,92	66,39
<b>2ºN</b>	76,19	53,85	35,65
<b><u>TOTAL</u></b>	<b><u>83,82</u></b>	<b><u>72,82</u></b>	<b><u>58,66</u></b>
<b>3ºM</b>	88,24	85,38	84,12
<b>3ºT</b>	92,94	91,36	67,14
<b>3ºN</b>	77,78	70,45	60
<b><u>TOTAL</u></b>	<b><u>86,67</u></b>	<b><u>82,61</u></b>	<b><u>70,42</u></b>
<b><u>TOTAL GERAL</u></b>	<b><u>79,66</u></b>	<b><u>71,86</u></b>	<b><u>57,77</u></b>

Com relação ao item aprovação, percebemos que houve uma redução gradual dos números de aprovados nas primeiras e segundas séries dos três turnos. Um caso que merece destaque é o da 1ª série do turno da noite, onde constatamos que apenas 22,65% dos estudantes obtiveram aprovação. Esse número se justifica quando observamos o número de desistências desta série e turno do ano de 2008, como citamos na análise anterior. Outra constatação que merece destaque é o fato de que nos turnos da manhã e tarde ocorre uma redução nos números em relação aos anos anteriores (ou seja, entre 2007 e 2006, 2008 e 2007), mantendo-se uma regularidade nos números de redução ano a ano; diferente, porém, das turmas do turno da noite, em que esses números vêm tendo uma redução abrupta.

Tabela 4 – PERCENTUAL DE REPROVAÇÕES

Série/ turno	Reprov./ 2006(%)	Reprov./ 2007(%)	Reprov./ 2008(%)
<b>1ºM</b>	17,60	18,62	12,69
<b>1ºT</b>	23,02	11,25	7,60
<b>1ºN</b>	4,08	8,76	2,34
<b><u>TOTAL</u></b>	<b><u>17,89</u></b>	<b><u>13,57</u></b>	<b><u>7,54</u></b>
<b>2ºM</b>	5,10	11,63	5,32
<b>2ºT</b>	11,43	13,46	4,09
<b>2ºN</b>	7,14	1,53	8,69
<b><u>TOTAL</u></b>	<b><u>7,51</u></b>	<b><u>10,07</u></b>	<b><u>6,03</u></b>
<b>3ºM</b>	6,72	2,31	0,79
<b>3ºT</b>	3,88	1,23	2,85
<b>3ºN</b>	4,94	6,82	7,27
<b><u>TOTAL</u></b>	<b><u>5,96</u></b>	<b><u>3,34</u></b>	<b><u>3,63</u></b>
<b><u>TOTAL GERAL</u></b>	<b><u>10,49</u></b>	<b><u>9,83</u></b>	<b><u>5,73</u></b>

Seguindo a mesma lógica da aprovação, os números de reprovação vão sendo reduzidos ano após ano. Podemos tomar como referência a média de reprovação no ano de 2006 que ficou na ordem de 10,49%, no ano subsequente passou a 9,83%, culminando com 5,73% no ano de 2008.

A partir destes dados, constatamos um abandono do espaço público em um cenário que estimula a competitividade e o individualismo. A escola pública representa de maneira mais autêntica uma realidade social diversa e desigual. Seus atores (alunos, funcionários e professores) têm que lidar com o descaso governamental e cultural com o que é público – até para se manterem num padrão razoável de qualidade educacional. É um verdadeiro laboratório de conflitos sociais que possibilita mais debate e mais ações alternativas às determinações sociais. Os sujeitos sofrem cotidianamente desrespeitos e inadequações, mantendo-se aparentemente em lugar vazio e contraditório, travestido de falsa obediência.

Uma sociedade com alta tecnologia, globalizada e que impele relações e profissões que se modificam rapidamente – com uma variedade e amplitude de códigos quase infinitos – produz imensas exigências na qualificação das pessoas. Muitas destas ficam excluídas, o que reforça a necessidade individual de correr contra o tempo e de ver os outros como obstáculos, já que são os potenciais concorrentes. A pressão e insegurança social, associada à extensão e diversificação dos conteúdos a serem aprendidos, sobrecarregam alunos e professores. Sobram-lhes pouco tempo e o público atendido está em maior risco social de marginalização e desintegração. O descaso ou insensibilidade da estrutura governamental é gigantesca, centralizadora e autoritária, dificultando bastante à organização e crenças coletivas no ensino público.

Acreditamos que a questão principal, passa pelo acesso a educação e, fundamentalmente, pela compreensão e valorização da diversidade. Aceitar novas e tecnologias fórmulas e integrá-las à escola é fundamental para a diminuição da evasão escolar e ampliação do significado político e social desta escola dentro do que chamamos de *realidade escolar*. A maior compreensão por parte de seus sujeitos, a importância do diálogo e da gestão democrática, ampliará o acesso efetivo e a permanência na educação formal, pois esta é mais significativa. Assim, acreditamos ser possível re-significar a escola enquanto espaço público e democrático.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre . In: **O Poder Simbólico**; tradução Fernando Tomaz – 2.ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil 1998.
- DURKHEIM, Emile. In: **Educação e Sociologia**. 3. ed. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, p.29-32. (1952).
- FERNANDES, Florestan. In: **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo, Dominus/Edusp, 1966.
- \_\_\_\_\_. In: **O desafio educacional**. São Paulo, Cortez, 1989.
- HANDFAS, Anita. OLIVEIRA, Luiz Fernando; RIBEIRO, Adélia Maria Miglievich. In: **A Sociologia vai a Escola: História, ensino e Docência.Org**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.
- IANNI, Otavio . In: **A Sociologia de Florestan Fernandes**. Estud. av. vol.10 no.26. São Paulo Jan./Apr. 1996.
- SAVIANI, Dermeval. In: **Florestan Fernandes e a educação**, Estud. av. vol.10 no.26 São Paulo Jan./Apr. 1996.

## Notas

---

<sup>1</sup> Trabalho escrito sob a orientação do Professor Doutor Charliton Machado.

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Sociais pela UFPB (Universidade Federal da Paraíba), atualmente cursando Licenciatura em Ciências Sociais na UFPB. (rlccarvalho @yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Graduado em Ciências Sociais pela UFPB (Universidade Federal da Paraíba), Mestre em Sociologia pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), atualmente cursando Licenciatura em Ciências Sociais na UFPB. (samthiborges@gmail.com).

<sup>4</sup> Baseado no artigo 36 da LDB e na resolução nº 3/98, em seu artigo 10, inciso i, parágrafo 2º.